
**ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 016, DE 13 DE MAIO DE 2022**

DECLARA situação anormal, caracterizada como emergencial, no Município de Maués afetadas por Inundações – COBRADE 1.2.1.0.0, conforme PORTARIA Nº 260/2022.

O PREFEITO DE MAUÉS, no uso da competência que lhe conferem os art. 71, inc. XVIII da Lei Orgânica do Município de Maués;

CONSIDERANDO a competência concorrente de União, Estados e Municípios para o planejamento e execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, nos termos do art. 4º, inc. I da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO a competência dos Municípios para declarar situação de emergência no âmbito local, de acordo com art. 8º, inc. VI da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e art. 29 do Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO a competência do Município de Maués para a realização de ações de defesa civil, prevista no art. 7º, inc. XVI da Lei Orgânica do Município de Maués;

CONSIDERANDO que é fato notório e amplamente divulgado nos meios de comunicação social que a enchente poderá alcançar o maior patamar registrado;

CONSIDERANDO os altíssimos volumes de precipitação que tem atingido o município de Maués;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 001/2022-PGMM-COMDEC da Procuradoria Geral do Município de Maués/AM;

CONSIDERANDO o Parecer técnico nº 006/2022 da Coordenadoria Municipal Proteção e Defesa Civil de Maués — COMPDEC;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/05/2022, situação anormal, caracterizada como emergencial, no Município de Maués/AM nas áreas contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE preenchido no Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres – S2ID, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundação – 1.2.1.0.0, conforme PORTARIA Nº 260/2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, por meio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, fica autorizada a adotar as medidas necessárias ao mapeamento dos riscos e minoração dos efeitos da enchente e das chuvas, assim definidas.

I - planejar, organizar, coordenar e controlar medidas a serem empregadas durante a situação de anormalidade;

II - articular-se com as esferas federal e estadual a fim de combater a emergência;

III - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, relatórios técnicos sobre a emergência;

IV - divulgar à população as informações necessárias sobre a situação emergencial e o resultado das ações para controle dos efeitos da enchente;

V - propor de forma motivada, a contratação temporária de profissionais,

aquisição de bens, material e contratação de serviços necessários à atuação na situação de anormalidade, no que couber; e

Parágrafo único. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução, conforme Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional, em seu artigo 5º, inciso II, e §2º que trata do desastre em nível II ou de média intensidade ensejando-se a declaração de situação de emergência.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso VII do artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01.04.2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 13 MAIO DE 2022.

SÉRGIO MAZZINI LEITE FILHO

Prefeito Municipal de Maués, em Exercício

Publicado por:

Daniele Menezes Imori

Código Identificador: 6PM3PTFAT

informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>